

COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2000
OBJETO DE PUBLICAÇÃO**

Mensagem do Presidente

2000 foi um ano de muitas realizações para o Sistema Cataguazes-Leopoldina. Temos muito o que comemorar. Mas é imprescindível ressaltar que a concretização de tantas expectativas só foi possível mais uma vez porque contamos com a confiança dos acionistas e investidores e a competência de nossos quase 3 mil funcionários, todos comprometidos com as metas de crescimento das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina e conscientes dos desafios impostos pelas contínuas transformações econômicas e sociais brasileiras. Aliado a isto, praticamos uma administração ousada e dinâmica, cujo acerto em seu desempenho está demonstrado nos resultados obtidos.

Com a associação feita no início do ano passado com a empresa americana Alliant Energy, que efetuou um aporte de capital em torno de R\$ 365 milhões nas empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina, conseguimos consolidar a estratégia de expansão no segmento de prestação de serviços no setor energético, permitindo um crescimento contínuo mediante aquisições de novas distribuidoras na região Nordeste e no desenvolvimento de projetos de geração própria de energia elétrica e de serviços correlacionados. Também tornou-se possível à Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina (CFLCL) fechar o exercício com um lucro líquido de R\$ 73,9 milhões e, no consolidado, de R\$ 33,9 milhões.

Também em 2000, começamos a sentir os efeitos positivos da reestruturação financeira aplicada nas empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina, comprovando uma vez mais o acerto da aliança que empreendemos com a Alliant Energy. Com essa parceria, vislumbramos melhores condições de agregar valor as nossas ações, buscando negócios que tenham sinergia. E retomamos ainda a política de remuneração aos acionistas, que receberão dividendos e juros sobre capital próprio desse exercício no montante recorde de R\$ 39,1 milhões, o que representa uma taxa de 53 % sobre o lucro líquido da CFLCL, já tendo sido antecipados R\$ 14,5 milhões em outubro passado.

Neste contexto, adquirimos em leilão de privatização 74,3% do capital social da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba (Saelpa) pelo montante de R\$ 363 milhões. Com a compra da Saelpa, passamos a fornecer energia elétrica a todo este Estado, pois já atuávamos lá na região de Campina Grande através da controlada Companhia Energética da Borborema (CELB), adquirida em 1999. A adição da Saelpa ao Sistema Cataguazes-Leopoldina representou um crescimento de 86% na sua base de consumidores e de 60% nas suas receitas operacionais consolidadas.

Assim, ao final de 2000, passamos a atender a quase 1,6 milhão de consumidores em quatro estados brasileiros – Minas Gerais, Rio de Janeiro, Sergipe e Paraíba. Desde que a CFLCL definiu seu plano estratégico de expansão da distribuição de energia elétrica em 1996, o crescimento da base de consumidores foi da ordem de sete vezes. Com as aquisições da Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo (CENF), Empresa Energética de Sergipe (Energipe), CELB e Saelpa, os ativos consolidados da CFLCL atingiram R\$ 2,2 bilhões, um crescimento de onze vezes da base existente em 1996. Sem dúvida, um grande salto, fundamentado na experiência e na capacidade de quem atua há quase um século no setor elétrico brasileiro.

Seguindo a estratégia de aumentar a geração própria de energia elétrica, estão em andamento as obras da PCH Benjamim Mário Baptista (nova denominação da PCH Nova Sinceridade) – a primeira do atual programa de construção de oito pequenas centrais hidrelétricas até 2003 - e da Usina Termelétrica de Juiz de Fora. A PCH Benjamim Mário Baptista entra em teste de operação em abril de 2001, com prazo recorde de construção de apenas 12 meses, com seus 9,5 MW de potência, e a Usina Termelétrica de Juiz de Fora, de 103 MW de potência, inicia suas operações em setembro próximo. Merece ainda destaque, a vitória da CFLCL no final de novembro na licitação promovida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) da concessão para a construção e exploração da Usina Hidrelétrica Barra do Braúna. Com prazo de construção em até cinco anos, esta hidrelétrica terá potência de 45 MW. Foi dado também início aos preparativos para a construção da central de cogeração denominada TermoSergipe, localizada em Japarutuba, em Sergipe, onde serão produzidos 90 MW de energia e 4.000 toneladas/dia de vapor. O empreendimento é uma parceria entre a controlada Energisa (51%), Alliant Energy (29%) e Petrobrás (20%), que investirão juntas cerca de R\$ 110 milhões nessa termelétrica.

Após a conclusão dessas novas centrais elétricas, envolvendo investimentos da ordem de R\$ 500 milhões, a capacidade de produção própria do Sistema Cataguazes-Leopoldina crescerá em cerca de 390 MW,

representando um aumento superior a sete vezes da atual capacidade instalada de nosso parque gerador. Não poderíamos deixar de mencionar o apoio decisivo que temos recebido do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento de nossos projetos de geração.

Em parceria com a Eletrobrás e o Ministério das Minas e Energia, as empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina estão desenvolvendo um arrojado programa de eletrificação rural, denominado pelo Governo Federal como Luz no Campo. Após a implantação total desse programa até final de 2002, nossos índices de eletrificação rural estarão entre os melhores do país, posição já atingida atualmente pela CFLCL, com mais de 72% de sua zona rural servida por energia elétrica.

Nossos esforços para crescer, mantendo ao mesmo tempo os melhores índices de qualidade e eficiência na distribuição de energia, foram publicamente reconhecidos através de recentes pesquisas de satisfação do consumidor. Pesquisa promovida pela Aneel elegeu a CFLCL a melhor empresa de energia elétrica da região Sudeste. Sem dúvida, um dos melhores prêmios que ela poderia receber pelo seu compromisso com a sociedade em mais de 95 anos de serviços prestados. Também a CELB foi eleita a melhor da região Nordeste pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), que teve ainda a Energipe entre as três finalistas.

Temos convicção de que estamos no caminho certo, ampliando horizontes em novos negócios e perseguindo os mais altos padrões de qualidade, responsabilidade social e respeito ao meio ambiente. Somente desta forma, acreditamos estar prestando não só os melhores serviços de energia elétrica aos nossos consumidores, mas também a nossa participação efetiva nas comunidades onde atuamos. Com menores custos e maior eficiência no atendimento. Nossa fórmula continua sendo muito simples para atingir tudo isso: trabalho, competência, honestidade.

Ivan Müller Botelho
Presidente do Conselho de Administração

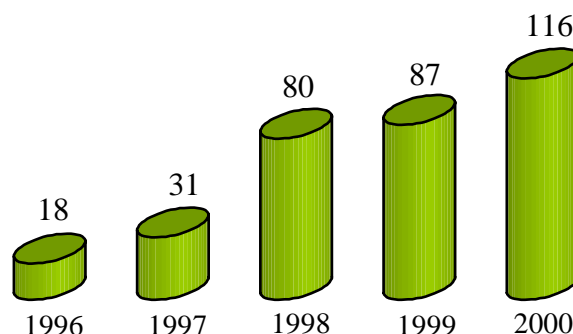
Relatório da Administração

A seguir, submetemos a sua apreciação os fatos e eventos marcantes de 2000, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes.

1. - Resultados, Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

O lucro líquido da controladora Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina bateu recorde em 2000, atingindo R\$ 73.872 mil, ou seja, R\$ 0,58 por mil ações (R\$ 33.917 mil no consolidado, no qual estão excluídos os ganhos de capital e as receitas de transações comerciais entre as empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina), contra um prejuízo de R\$ 33.582 mil em 1999. Por sua vez, a geração de caixa consolidada, medida pelo EBITDA, foi 33,1 % maior em relação a de 1999, atingindo R\$ 116.066 mil (R\$ 0,91 por mil ações). Entretanto, devido basicamente aos atrasos da ANEEL em efetuar os repasses nas tarifas dos custos setoriais não controláveis, a margem de EBITDA (geração de caixa / receitas operacionais líquidas) reduziu-se em 2,6 pontos percentuais, passando de 30,0 %, em 1999, para 27,4 %, em 2000.

**Evolução do EBITDA
(Em R\$ milhões)**



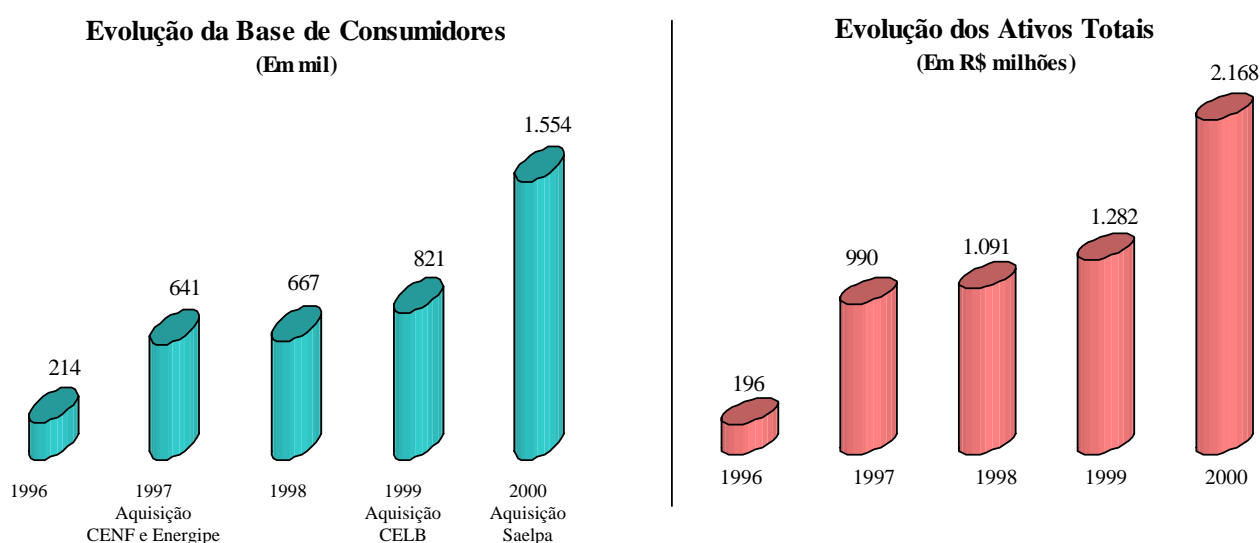
Os dividendos e juros sobre o capital propostos desse exercício também são recordes e totalizam R\$ 39.129 mil (R\$ 0,307868 por mil ações ordinárias ou preferenciais classe “A” e R\$ 0,184206 por mil ações preferenciais classe “B”), sendo que já foram antecipados em outubro R\$ 14.489 mil (R\$ 0,114 por lote de mil ações ordinárias ou preferenciais classe “A” e R\$ 0,07 por lote de mil ações preferenciais classe “B”). Essa distribuição representa uma taxa de 54 % sobre o lucro líquido da CFLCL.

A despeito desses resultados, as ações preferenciais classe “A”, de maior liquidez da CFLCL - R\$ 49,4 milhões negociado em 2000 na Bovespa, em 7.047 transações, com um volume médio diário de R\$ 203 mil -, apresentaram um ligeira desvalorização, de 0,3 % no ano, acompanhando a tendência do mercado, que registrou queda de 10,3 % do Ibovespa – Índice da Bolsa de Valores de São Paulo. Ao final de 2000, as ações preferenciais classe “A” foram cotadas a R\$ 1,65 por lote de mil ações, ante o seu valor patrimonial de R\$ 3,16. Entretanto, de 1996, quando o planejamento estratégico da empresa foi redirecionado para uma participação ativa no processo de privatização, até fevereiro de 2001, essas ações da CFLCL acumulam uma rentabilidade de 95,9 % acima da inflação medida pelo IGPM, considerando os juros e dividendos complementares a serem pagos, no total bruto de R\$ 0,193868 por mil ações ordinárias e preferenciais classe “A”. A data de início desse pagamento complementar será definida em Assembléia Geral a realizar-se brevemente.

2. – Aquisição da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba - Saelpa

Outra conquista de destaque nos planos de expansão da área de concessão do Sistema Cataguazes-Leopoldina foi a aquisição da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – Saelpa. Em leilão de privatização realizado em 30 de novembro, a controlada de propósito específico Ppart-SE 2 S/A adquiriu por R\$ 363 milhões o equivalente a 87,6 % do capital votante e 74,3 % do capital total da Saelpa, que atua em 216 municípios do Estado da Paraíba, numa área de 54.595 Km², com aproximadamente 720 mil consumidores.

Ao final de 2000, passamos, então, a atender a quase 1,6 milhão de consumidores e os ativos consolidados da CFLCL atingiram 2,2 bilhões.



3. - Mercado de energia elétrica

Em 2000, o consumo de energia elétrica nas áreas de concessão das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina mostrou um comportamento abaixo das expectativas, principalmente nas regiões atendidas pela Energipe e Saelpa, respectivamente nos Estados de Sergipe e Paraíba. Além do nível de renda declinante e da desaceleração econômica, tais mercados foram também fortemente influenciados por fatores climáticos e pelas conseqüências dos programas voltados ao combate de fraudes e desvios de energia. Ainda assim, as vendas de energia elétrica da Cataguazes-Leopoldina (CFLCL), CENF, Energipe, CELB e Saelpa nos seus mercados próprios registraram um aumento médio de 3,9 % em relação a 1999. O consumo de energia na área de concessão da CFLCL foi o destaque, com um aumento de 6,8 % no volume comercializado. Nos mercados da CELB, CENF, Energipe e Saelpa as vendas cresceram, respectivamente, 5,8 %, 5,2 %, 3,2 % e 2,6 %. O volume consolidado de vendas globais nos mercados próprios das empresas foi de 3.813 GWh, considerando-se somente o mês de dezembro de vendas da Saelpa, uma vez que essa concessionária foi adquirida no final de novembro passado.

Com isso, a Cataguazes-Leopoldina registrou uma receita operacional bruta consolidada de R\$ 540.347 mil (R\$ 4,25 por mil ações). Essa receita representa um acréscimo de 44,0 % em relação ao resultado de 1999.

A geração própria de energia elétrica nas 16 usinas do Sistema Cataguazes-Leopoldina foi de 297 GWh, em 2000, contra 195 GWh, em 1999, ou seja, 52 % maior. Esse acréscimo deve-se à entrada em operação da Usina Ervália, em abril de 1999 e às aquisições das usinas Anna Maria e Guary, em dezembro do mesmo ano.

Indicadores operacionais - Exercício 2000

Descrição	CFLCL	CENF	Energipe	CELB	Saelpa	Total
Área de concessão (Km ²)	16.331	1.000	17.419	1.789	54.595	91.134
Nº de consumidores	263.723	69.907	382.571	118.499	719.708	1.554.407
Nº de empregados	729	94	624	199	1.304	2.950
Vendas ao mercado próprio (GWh)	1.004	312	1.788	511	2.074	5.689
. Residencial	342	139	469	125	720	1.795
. Industrial	306	73	735	262	629	2.005
. Comercial	141	61	257	70	304	833
. Outras classes	215	39	328	53	421	1.056
Geração própria de energia (GWh)	254	43	-	-	-	297
Perdas de energia (%)						
. Do Sistema Elétrico	11,1	8,2	14,3	11,1	27,4	-
. Da Rede Básica	1,9	-	3,3	3,3	3,3	-
DEC	8,70	18,38	15,66	15,54	34,13	-
FEC	11,85	24,03	13,50	15,15	26,11	-
Crescimento das vendas (% s/ 1999)	6,8	5,2	3,2	5,8	2,6	3,9
. Residencial	2,9	4,3	(0,2)	3,8	0,6	1,3
. Industrial	11,9	5,0	6,0	8,1	3,2	6,2
. Comercial	7,3	7,5	4,8	8,6	13,5	8,8
. Outras classes	5,9	5,6	1,2	(3,3)	(1,9)	1,9
Receita operacional bruta (R\$ mil)	177.287	47.414	226.707	58.882	310.829	540.347 (*)
Crescimento da receita bruta (%)	26,1	18,2	15,5	15,5	26,5	44,0 (*)

(*) Refere-se ao consolidado, que inclui receitas da CAT-LEO Energia e somente as receitas da Saelpa de dezembro de 2000.

4. Comportamento das tarifas de energia elétrica

Em 2000, as tarifas de fornecimento e compra de energia elétrica das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina foram assim reajustadas:

Empresa	Reajustes de Tarifas em 2000			
	Fornecimento		Compra	
	(%)	Vigência	(%)	Vigência
CFLCL	13,48	15/06	15,07	28/08
CENF	14,58	15/06	8,36	04/01
Energipe	9,96	20/04	9,80	28/08
CELB	-	-	9,89	28/08
Saelpa	9,19	28/08	9,84	28/08

A CFLCL e suas controladas vêm realizando negociações junto à Aneel e com suas supridoras visando o processo de concatenação das datas de reajustes das tarifas de fornecimento e de suprimento de energia. Isso significa que o reajuste das tarifas de fornecimento e suprimento passaria a ocorrer na mesma data, eliminando-se, portanto, o descompasso financeiro causado pelas diferentes datas de reajuste. A CELB, Saelpa e Energipe já conseguiram acordo com as suas supridoras.

As margens de comercialização mostram as seguintes evoluções entre os exercícios de 1999 e 2000:

Valores em R\$ / MWh	Controladora		Consolidado	
	2000	1999	2000	1999
1. Receita Líquida menos CCC / MWh total vendido	121,5	108,0	97,7	89,1
2. Energia Comprada mais Transporte de potência /	57,2	46,1	42,3	38,0
3. Margem de comercialização (1-2)	64,6	61,9	55,4	51,1
4. Variação % da margem de comercialização	3,9	-	8,4	-

Obs.: CCC- Cotas de Consumo de Combustível

Ao final de 2000, as tarifas médias de fornecimento para as várias classes de consumo, sem considerar o ICMS, foram as seguintes:

Tarifas de Fornecimento – Exercício 2000

Valores em R\$ /MWh	CFLCL	CENF	Energipe	CELB	Saelpa	Consolidado
Classes de Consumo						
• Residencial	163,8	140,8	147,7	135,1	138,0	150,5
• Comercial	146,4	117,1	124,1	115,8	122,1	128,1
• Industrial	93,0	80,1	67,7	61,6	74,5	72,8
• Rural	98,1	67,7	79,7	82,8	79,0	89,7
• Demais	106,2	79,2	92,2	96,7	88,7	95,0
• Tarifa Média	126,8	112,9	96,1	89,7	106,1	104,8

5. Investimentos

Em 2000, a CFLCL e suas controladas CENF, Energipe, CELB e Saelpa investiram R\$ 117.403 mil em programas de melhoria dos seus sistemas elétricos:

Investimentos realizados

Valores em R\$ mil	CFLCL (*)	CENF	Energipe	CELB	Saelpa	Total
. Geração	32.893	811	-	-	-	33.704
. Transmissão	4.398	-	-	-	-	4.398
. Distribuição	11.661	4.707	25.329	5.762	9.879	57.338
. Outros	7.843	602	6.793	4.141	2.584	21.963
Total	<u>56.795</u>	<u>6.120</u>	<u>32.122</u>	<u>9.903</u>	<u>12.463</u>	<u>117.403</u>

(*) Inclui investimentos em geração e transmissão da CAT-LEO Energia S/A.

Dos investimentos realizados, destacam-se:

Na CFLCL, CAT-LEO Energia e CENF

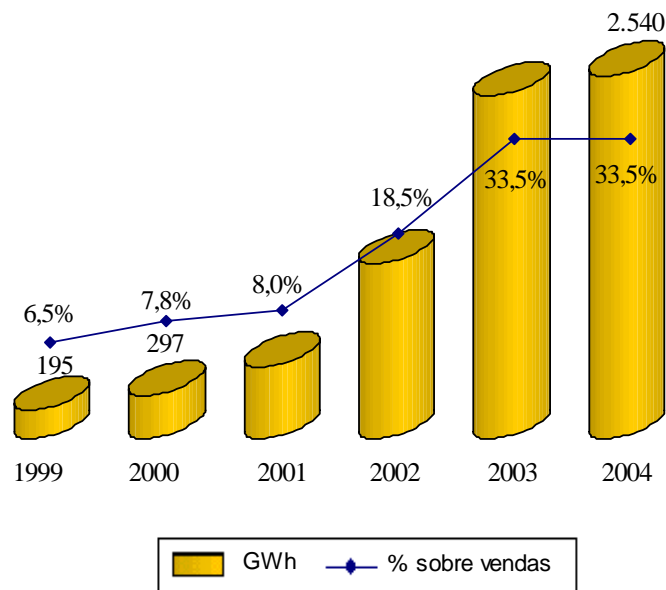
Em Geração Própria de Energia

- Em abril, a CAT-LEO Energia (Produtora Independente de Energia Elétrica constituída pela CFLCL) deu início efetivo às obras da PCH Benjamim Mário Baptista, nova denominação da usina Nova Sinceridade, a primeira do seu atual programa de construção de 8 PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas até 2003, de potência total de cerca de 152 MW, 1 usina hidrelétrica, denominada Barra do Braúna, de 45 MW, e 1 usina termelétrica, de 103 MW, que envolverão recursos totais da ordem de R\$ 400 milhões. A referida PCH, de 9,5 MW, que entra em teste de operação em abril próximo num prazo recorde de construção de apenas 12 meses, já consumiu investimentos de R\$ 10,3 milhões, ou seja, 78 % do montante orçado para essa usina. Também já foram obtidas as “LPs - Licenças Prévias” dos estudos de impacto ambiental das PCHs Ponte, Palestina, Triunfo, Granada e Cachoeira Encoberta, cujas obras terão início em meados de 2001. Os principais equipamentos dessas 5 PCHs, que totalizam 100 MW, já foram contratados;
- Em setembro, a CAT-LEO Energia (51 %) e sua sócia estratégica Alliant Energy (49 %) iniciaram as obras de instalação da Usina Termelétrica de Juiz de Fora, em Minas Gerais, já tendo sido adquiridos os dois turbogeneradores da marca GE Internation, tipo LM 6000, de 41 MW cada. Orçada em R\$ 108 milhões, num projeto dividido em primeira e segunda fases, com capacidade total de 103 MW e produção anual de 820 GWh, essa termelétrica é um dos dois empreendimentos do Sistema Cataguazes-Leopoldina, incluídos no Programa Emergencial de Geração de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, que tem o

fornecimento do gás e regras específicas preestabelecidos por 20 anos. Em setembro próximo, entra em operação essa termelétrica em sua primeira fase, com 82 MW de potência (655 GWh de produção anual). Já foram investidos R\$ 19 milhões de um total de R\$ 80 milhões previsto nessa primeira etapa;

- As reformas da usinas Guary e Anna Maria, com os trabalhos de manutenção dos seus geradores que totalizam 6,5 MW;

**Evolução e Expectativa de Geração de Energia Elétrica
do Sistema Cataguazes-Leopoldina**



Em Transmissão e Distribuição:

- A construção de 151 Km de linhas de transmissão em 138 kV;
- A construção das subestações de São Miguel do Anta e Guary, com 6,3 e 9,3 MVA, respectivamente;
- O término da campanha de substituição, aferição e cadastramento de todos os medidores de energia elétrica instalados nas áreas de concessão da CFLCL e CENF, visando a efetivação do sistema de controle desses equipamentos e a redução das perdas comerciais;
- Os serviços de manutenção das redes de distribuição, visando a redução contínua dos índices DEC e FEC, situados, em 2000, respectivamente, em 8,70 (10,61 em 1999) e 11,85 (11,65 em 1999), atualmente entre os melhores do país;
- A execução de obras de distribuição, compreendendo, basicamente, a construção de 4.760 Km de redes urbanas e rurais, a implantação de 10.140 postes e 2.404 transformadores, com acréscimo de 62 MVA ao sistema de distribuição;
- A continuidade do “Programa Luz no Campo” e a efetivação de 2.583 novas ligações em propriedades rurais distribuídas em 67 municípios, o que elevou o índice de eletrificação rural na área de concessão da Companhia para 72,3 % do total de propriedades rurais;
- A implantação da “Ouvidoria de Consumidores” da CFLCL e CENF, cujo objetivo é possibilitar que as reclamações e/ou sugestões dos consumidores sejam analisadas e solucionadas de maneira ágil e harmoniosa, bem como proporcionar à sociedade condições de apresentar projetos que visem promover o desenvolvimento social da região; e
- A implantação da “Central de Soluções Cataguazes-Leopoldina”, dotada de três sistemas computacionais: SIGCOD – Sistema de Informações Geo-Referenciadas para o Centro de Operação da Distribuição; SIATE – Sistema de Atendimento a Clientes e o SAGE – Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia. Esses sistemas dão mais rapidez no atendimento a solicitações técnicas e serviços comerciais.

Na Energipe, CELB e Saelpa:

- A conclusão dos serviços de automação de todas as subestações do sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica da Energipe e CELB, com investimentos de R\$ 7,3 milhões;
- A continuidade dos trabalhos de implantação do “Sistema de Gerenciamento de Rede de Distribuição – SIGREL” na Energipe, com previsão de conclusão em março de 2001, envolvendo recursos da ordem de R\$ 3,3 milhões e o início de implantação desse sistema na CELB;
- O término do programa de aferição e substituição de medidores da Energipe;
- A construção da subestação de Taiçoca, de 25 MVA, em Nossa Senhora do Socorro, e da nova oficina eletromecânica em Aracaju;
- A ampliação e renovação da frota de veículos da CELB, com o cancelamento de todos contratos de aluguéis de automóveis, o que implicou em significativa redução de custos, da ordem de R\$ 270 mil por ano;
- A inauguração de várias agências de atendimento ao público, inclusive um escritório móvel em Campina Grande, composto de um trailer totalmente equipado para proporcionar o máximo conforto aos consumidores; e
- O início dos programas de melhorias nas redes de distribuição de energia elétrica da Saelpa.

6. Participações Societárias

No exercício, a avaliação dos investimentos em controladas refletiu ganho por equivalência patrimonial de

R\$ 8.665 mil (R\$ 0,07 por mil ações) para a Companhia, contra uma perda de R\$ 10.561 mil em 1999, podendo ser assim resumida:

Valores em R\$ mil	Lucro (prejuízo) Líquido	Equivalência Patrimonial
Energisa S/A (*)	10.716	5.366
Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo – CENF	5.275	3.029
Multipar S/A - Planejamento e Corretagem de Seguros	155	155
Multiagro Agropecuária Comércio e Indústria Ltda	194	129
Teleserv S/A .(**)	(18)	(20)
Telecabo S/A (**)	(19)	(19)
MCL Cabo S/A (**)	(32)	(34)
CAT-LEO Energia	59	59
Total	-	8.665

(*) Empresa de participações que detém o controle acionário da Energipe, CELB e Saelpa.
(**) Empresas em fase pre-operacional, constituídas para atuar no setor de TV por assinatura e Internet banda-larga.

O Sistema Cataguazes-Leopoldina pretende alavancar os seus ativos, capacitando-se como um multi-operador de serviços públicos. Esta estratégia foi delineada a partir de estudos que indicaram o potencial de demanda de serviços de acesso nas suas regiões de atuação, utilizando-se redes de banda-larga. Neste contexto foram constituídas a Telecabo, Teleserv e a MCL Cabo, que em 2000 iniciaram os seus projetos de implementação de serviços de TV por assinatura e Internet banda-larga em Aracaju (SE), Cataguazes, Leopoldina, Muriaé e Ubá, em Minas Gerais. Os projetos estarão em operação comercial em 2001 e 2002.

Indicadores de Desempenho das Empresas de Energia Elétrica e Consolidado, em 2000

Valores em R\$ mil	CFLCL	CENF	Energipe	CELB	Saelpa	Consolidado
Receita Operacional Bruta	177.287	47.414	226.707	58.882	310.829	540.347
Receita Operacional Líquida	133.051	34.989	183.737	48.313	245.073	424.007
Despesas Controláveis	34.643	10.089	41.804	14.604	62.137	101.674
Resultado dos Serviços de Energia	24.755	6.083	21.828	5.400	(112.276)	68.509
Geração de Recursos - EBITDA	39.086	8.811	47.463	9.217	55.456	116.066
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	73.872	5.275	11.761	2.255	(93.791)	33.917
Despesas controláveis/consumidor- R\$ (*)	131,4	144,3	109,3	123,2	86,3	103,4
EBITDA / Receita Líquida - %	29,4	25,2	25,8	19,1	22,6	27,4
Margem Líquida - %	55,5	15,1	6,4	4,7	(38,3)	8,0

(*) Refere-se ao somatório das cinco empresas

Cabe destacar que os resultados acima estão afetados por provisões para contingências passivas e por provisões para devedores duvidosos de contas de energia elétrica, assim constituídas: Na Saelpa – R\$ 152.176 mil, das quais R\$ 66.692 mil relativas a contas a receber de consumidores; Energipe - R\$ 12.458 mil; CFLCL – R\$ 756 mil; CELB – R\$ 1.298 mil e CENF – R\$ 197 mil.

Importante também ressaltar que em 1º de fevereiro a CFLCL e suas controladas Energisa e Energipe anunciaram que, em 31/01/2001, a Energipe assinou um Contrato de Participação e um Acordo de Acionistas com Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., nos quais constam que essa última participará com até 49,9 % do capital votante e total da PBPART-SE 1 S/A, empresa especialmente constituída para proceder a aquisição da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – Saelpa, cujo controle foi adquirido em leilão de privatização em 30/11/2000. No referido Contrato de Participação estão previstos aportes de capital na PBPART-SE 1 S/A, por parte da Alliant, de montante equivalente a até US\$ 110 milhões (cento e dez milhões de dólares americanos), a serem efetivados em diversas etapas em até janeiro de 2002, sendo que cerca de R\$ 118 milhões foram capitalizados em 31/01/2001.

Essa capitalização representará uma melhoria expressiva na estrutura consolidada de capital da Cataguazes-Leopoldina, que em 31 de dezembro de 2000 ainda não reflete os aportes de capital supramencionados.

Acresce-se ao fato que essa posição patrimonial está afetada por um endividamento de R\$ 290 milhões, relativo a parte do valor da aquisição da Saelpa e paralelamente por apenas um mês de geração de caixa dessa concessionária.

Indicadores Patrimoniais Consolidados

(Em 31 de dezembro de 2000)

Valores em R\$ mil	Consolidado
Ativo Total	2.173.909
Caixa e Aplicações Financeiras	43.933
Permanente	1.636.308
Endividamento Financeiro	838.325
Patrimônio Líquido	362.031
Endividamento Financeiro / EBITDA	7,2
EBITDA / Resultado Financeiro	2,2
Endividamento Financeiro - %	40,4
Endividamento Global - %	62,6
Índice de Liquidez Corrente	0,5

Os fatos anteriormente mencionados e as perspectivas de melhores resultados provocaram inclusive mudanças positivas na avaliação das agências de análise de risco SR Rating e Standard & Poor's. A SR Rating reclassificou a CFLCL dando nota BB+ para o conjunto de suas obrigações numa escala global de aferição de riscos e nota srA para o conjunto de suas obrigações a curto prazo em moeda local. Já a Standard & Poor's deu à CFLCL e suas controladas Energipe e Energisa nota brA em escala nacional.

7. Atuação na Comunidade

Outro importante aspecto da atuação empresarial da Cataguazes-Leopoldina tem sido o crescente envolvimento com ações em prol da cidadania. O enorme déficit social brasileiro tem exigido das empresas uma atuação social mais ampla. A CFLCL faz parte do Conselho da Cidadania Empresarial da FIEMG (Federação das Industrias do Estado de Minas Gerais), que tem como objetivo promover entre as empresas mineiras práticas socialmente responsáveis.

Em 1985, a CFLCL criou a Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho e tem ao longo destes anos promovido diversas iniciativas culturais, ambientais e sociais. No ano de 2000, a Fundação deu início ao projeto social "Café Com Pão Arte Confusão", que atende gratuitamente 420 crianças da comunidade de Cataguazes com aulas de dança contemporânea, capoeira, dança folclórica, percussão, teatro, artesanato e artes plásticas. Estas e muitas outras iniciativas da Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho demonstram o investimento social e comunitário da empresa e a sua preocupação em atuar dentro dos mais altos parâmetros de responsabilidade social.

A seguir, informações relativas ao desempenho econômico-social da controladora CFLCL:

Balanco Social

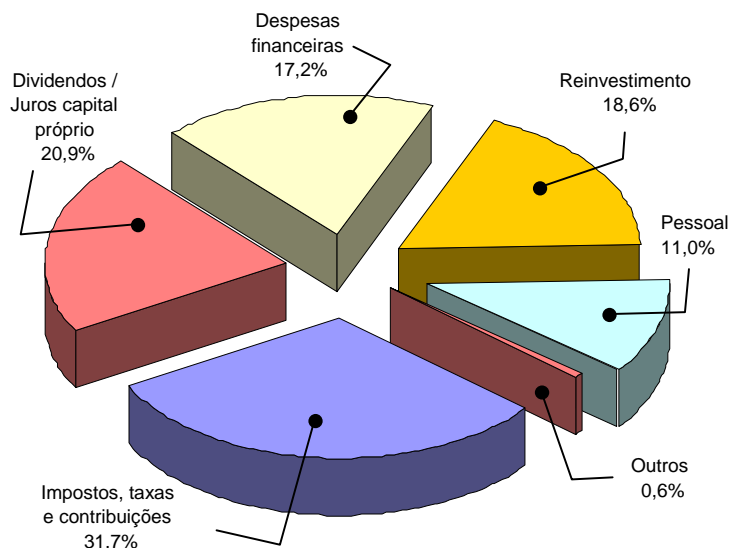
1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil)	2000	1999
1.1 - Receita Operacional Líquida	133.051	104.494
1.2 - Resultado Operacional (exclui R\$ 37.141 em 2000 e inclui R\$ 576 em 1999 referentes a juros sobre o capital próprio)	628	(46.668)
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	20.325	19.395
2. Indicadores Laborais (R\$ mil)		
2.1 - Alimentação	1.571	1.422
2.2 - Encargos Sociais Compulsórios	4.139	4.021
2.3 - Previdência Privada	418	389
2.4 - Saúde	534	502
2.5 - Educação	289	141
2.6 - Participação nos lucros	1.284	-
2.7 - Outros Benefícios	169	140
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.7)	8.404	6.615
3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil)		
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	48.366	33.835
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania	1.522	569
3.3 - Investimentos em Meio Ambiente	155	29
3.4 - Programa Luz no Campo	1.274	-
3.5 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento	1.220	-
Total - Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.5)	52.537	34.433
4. Indicadores do Corpo Funcional		
4.1 - Nº de empregados ao final do período	729	697
4.2 - Nº de admissões durante o período	52	34

Também merece destaque que a CFLCL e sua controlada CENF foram premiadas no Concurso de Segurança, promovido anualmente pela ABPA – Associação Brasileira de Prevenção de Acidentes. Pelo segundo ano consecutivo, a CFLCL recebeu certificado especial pela menor taxa de frequência de acidentes de trabalho entre concessionárias de produção e distribuição de energia elétrica com 251 a 1000 empregados. Já a CENF recebeu a mesma certificação só que pelo grupo de empresas com até 250 empregados e ainda um certificado de mérito pela expressiva redução da taxa de frequência de acidentes em 1999 em relação a 1998.

**Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2000 e 1999**
(em milhares de reais)

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	177.287	140.604
Receitas não operacionais	5.536	2.719
Menos:		
Insumos		
Custo da energia comprada	48.714	40.106
Transporte de potência elétrica	5.527	2.795
Serviços de Terceiros	7.482	6.148
Materiais	3.128	2.746
Outros custos operacionais	8.921	3.440
	<u>73.772</u>	<u>55.235</u>
2- VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>109.051</u>	<u>88.088</u>
Quotas de reintegrações	11.440	10.198
3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	<u>97.611</u>	<u>77.890</u>
Equivalência patrimonial	8.665	(10.561)
Amortização de ágio	(1.887)	(1.608)
Receitas financeiras	2.974	3.483
Ganho de capital (venda de ações)	79.305	10.764
4- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>186.668</u>	<u>79.968</u>
5- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	19.282	17.297
Governo: (impostos, taxas e contribuições)	48.366	33.835
Transferências intra-setoriais	10.655	6.169
Juros	32.214	55.278
Aluguéis	995	971
Distribuição do lucro do exercício		
Juros sobre capital próprio/dividendos	39.129	-
Participação dos empregados e administradores	1.284	-
Reservas de lucros	34.743	(33.582)
	<u>186.668</u>	<u>79.968</u>

Distribuição do Valor Adicionado em 2000



8. Site da Companhia é o 4º mais bem votado

O esforço da Companhia em manter o mercado de capitais bem informado foi premiado. A CFLCL esteve presente em duas das categorias da maior premiação de RI (Relações com Investidores) da internet brasileira, para empresas que se relacionam com o mercado de capitais. Criada pela MZ Consult, a premiação é dividida nas categorias: "TOP 5", onde os sites sofrem um avaliação técnica dos consultores; "RAO 1", em que são analisados também tecnicamente os relatórios anuais online; "POP+", os sites são escolhidos por votação direta dos investidores, analistas e demais agentes do mercado. Na categoria "POP+", onde quem escolhe os melhores são os investidores e profissionais do mercado de capitais, a CFLCL surge com o 4º site mais votado. E dos 156 sites de empresas brasileiras analisados pelos consultores na categoria "TOP 5", a CFLCL está relacionada entre os 25 melhores, ocupando o 16º lugar.

A Administração.

Demonstrações Financeiras
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999

(Em milhares de reais)

ATIVO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2000	1999	2000	1999
CIRCULANTE				
Numerário disponível	1.997	1.429	10.168	3.587
Aplicações no mercado aberto	118	39	33.765	1.598
Consumidores e concessionárias	25.862	16.069	250.283	80.190
Títulos e outras contas a receber	1.947	2.535	41.549	8.518
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(756)	-	(98.670)	(2.095)
Estoques	639	636	5.577	2.469
Devedores diversos	1.114	1.362	5.021	2.285
Impostos a recuperar	5.734	4.477	17.951	8.220
Despesas pagas antecipadamente	156	130	327	227
	<u>36.811</u>	<u>26.677</u>	<u>265.971</u>	<u>104.999</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Títulos e valores mobiliários	-	907	64.562	907
Empresas controladas e ligadas	34.540	64.714	-	-
Créditos tributários	23.020	23.430	141.366	31.694
Cauções e depósitos vinculados	23.651	15.452	48.308	23.798
Outros	6.729	6.789	17.394	17.667
	<u>87.940</u>	<u>111.292</u>	<u>271.630</u>	<u>74.066</u>
PERMANENTE				
Investimentos	455.162	448.229	422.739	138.996
Imobilizado	234.987	220.539	1.212.807	963.614
Diferido	692	144	762	225
	<u>690.841</u>	<u>668.912</u>	<u>1.636.308</u>	<u>1.102.835</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>815.592</u>	<u>806.881</u>	<u>2.173.909</u>	<u>1.281.900</u>

As notas explicativas são parte integrante destes balanços.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999
(Em milhares de reais)

PASSIVO

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	2000	1999	2000	1999
CIRCULANTE				
Fornecedores	12.064	8.062	48.691	22.064
Encargos de dividas	145	306	1.850	9.417
Empréstimos e financiamentos	26.893	24.505	352.692	97.979
Debêntures	15.895	11.465	15.895	11.465
Folha de pagamento	52	56	2.191	541
Tributos e contribuições sociais	7.881	4.300	64.851	12.783
Juros sobre o capital próprio/dividendos	21.418	80	23.306	1.299
Encargos do consumidor a recolher	2.027	2.585	5.071	6.133
Obrigações estimadas	1.750	1.720	8.093	5.915
Outras contas a pagar	2.011	202	11.708	1.350
	<u>90.136</u>	<u>53.281</u>	<u>534.348</u>	<u>168.946</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Empréstimos e financiamentos	40.746	20.832	318.853	265.710
Debêntures	149.035	278.059	149.035	278.059
Imposto de renda diferido	-	-	1.964	2.417
Impostos a recolher	-	-	104.280	2.854
Empresas controladoras e controladas	46.780	3.752	-	-
Provisões para contingências	26.134	17.834	141.291	36.842
Provisão de déficit atuarial	-	-	46.553	-
Outras contas a pagar	504	3.317	2.141	5.108
	<u>263.199</u>	<u>323.794</u>	<u>764.117</u>	<u>590.990</u>
Obrigações vinculadas à concessão	59.800	55.225	98.148	79.864
	<u>322.999</u>	<u>379.019</u>	<u>862.265</u>	<u>670.854</u>
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	-	-	415.265	68.559
PATRIMONIO LÍQUIDO				
Capital social	334.335	334.335	334.335	334.335
Correção monetária do capital	9.837	9.837	9.837	9.837
Ações em tesouraria	(5.245)	(2.606)	(5.245)	(2.606)
Reservas de capital	26.545	26.545	26.545	26.545
Reservas de lucros	36.985	6.470	-	5.430
Prejuízos acumulados	-	-	(3.441)	-
	<u>402.457</u>	<u>374.581</u>	<u>362.031</u>	<u>373.541</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>815.592</u>	<u>806.881</u>	<u>2.173.909</u>	<u>1.281.900</u>

As notas explicativas são parte integrante destes balanços

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999
(Em milhares de reais exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2000	1999	2000	1999
Receita operacional bruta				
Fornecimento de energia elétrica	161.125	130.455	501.806	362.245
Suprimento de energia elétrica	5.424	-	29.202	6.419
Serviços especializados	-	-	98	65
Agropecuária	-	-	13	57
Outras receitas	10.738	10.149	9.228	6.520
	<u>177.287</u>	<u>140.604</u>	<u>540.347</u>	<u>375.306</u>
Deduções à receita operacional				
ICMS faturado	33.804	27.646	89.090	65.509
Pis, cofins e iss	6.854	5.401	20.210	13.563
Quotas para a reserva global de reversão	3.578	3.063	7.040	5.937
	<u>44.236</u>	<u>36.110</u>	<u>116.340</u>	<u>85.009</u>
Receita operacional líquida	<u>133.051</u>	<u>104.494</u>	<u>424.007</u>	<u>290.297</u>
Despesas operacionais				
Pessoal	19.282	17.297	57.866	42.895
Material	3.128	2.746	8.062	6.169
Serviços de terceiros	7.482	6.148	24.913	14.268
Energia elétrica comprada	48.714	40.106	169.401	127.492
Compensação financeira p/utilização de recursos hídricos	139	20	139	20
Transporte de potência elétrica	5.527	2.795	24.698	2.795
Depreciação e amortização	11.440	10.198	27.006	21.620
Quota para conta de consumo de combustível	7.077	3.106	18.052	6.967
Provisão para contingências	-	1.462	121	2.083
Outras despesas	5.507	3.060	25.240	9.058
	<u>108.296</u>	<u>86.938</u>	<u>355.498</u>	<u>233.367</u>
Resultado do serviço	<u>24.755</u>	<u>17.556</u>	<u>68.509</u>	<u>56.930</u>
Receita (Despesa) financeira				
Receita de aplicações financeiras	839	1.276	25.420	1.614
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	2.135	1.947	6.023	3.499
Encargos de dívidas	(31.426)	(54.063)	(76.426)	(102.652)
Reversão (provisão) para desvalorização de títulos	836	(836)	836	(836)
Juros sobre o capital próprio	(37.141)	576	(37.921)	(207)
Outras despesas	(3.289)	(379)	(7.741)	(3.324)
	<u>(68.046)</u>	<u>(51.479)</u>	<u>(89.809)</u>	<u>(101.906)</u>
Amortização de ágio	(1.887)	(1.608)	(16.010)	(8.986)
Resultado de equivalência patrimonial	8.665	(10.561)	-	-
Resultado operacional	<u>(36.513)</u>	<u>(46.092)</u>	<u>(37.310)</u>	<u>(53.962)</u>
Receita não operacional	260.666	2.719	222.718	6.101
Despesa não operacional	(180.095)	(657)	(181.845)	(2.538)
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social, imposto de renda, participações e reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>44.058</u>	<u>(44.030)</u>	<u>3.563</u>	<u>(50.399)</u>
Contribuição social	(2.726)	2.845	(1.746)	3.984
Imposto de renda	(3.317)	7.919	5.453	11.696
Lucro (prejuízo) antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>38.015</u>	<u>(33.266)</u>	<u>7.270</u>	<u>(34.719)</u>
Participações de empregados e administradores	(1.284)	-	(1.697)	(219)
Participação minoritária	-	-	(9.577)	76
Lucro (prejuízo) antes da reversão dos juros sobre capital próprio	<u>36.731</u>	<u>(33.266)</u>	<u>(4.004)</u>	<u>(34.862)</u>
Reversão de juros sobre o capital próprio	37.141	(316)	37.921	467
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>73.872</u>	<u>(33.582)</u>	<u>33.917</u>	<u>(34.395)</u>
Lucro líquido (prejuízo) por ação - R\$	<u>0,0006</u>	<u>(0,0003)</u>		

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999
 (Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2000	1999	2000	1999
Origens de recursos				
Das operações				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	73.872	(33.582)	33.917	(34.395)
Despesas(receitas) que não afetam o capital circulante :				
Juros e variações monetárias de itens de longo prazo	24.973	43.730	33.716	71.315
Resultado de equivalência patrimonial	(8.665)	10.561	-	-
Depreciação e amortização	11.440	10.198	27.006	21.620
Amortização de ágio	1.887	1.608	16.010	8.986
Valor residual de ativos permanentes baixados	1.748	1.161	16.885	2.637
Ganho de capital	(20.646)	-	(20.646)	-
Ganho na venda de investimentos	(58.659)	-	(18.723)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.879)	(10.096)	(13.814)	(15.817)
Provisão para contingências	6.725	6.731	13.917	17.318
Provisão (reversão) para perdas de títulos de longo prazo	(836)	836	(836)	836
Reversão de provisão efetuada por controladas	-	-	(1.180)	-
Custo de títulos públicos vendidos	1.900	-	1.900	-
Participação minoritária	-	-	9.577	(76)
Outros	-	-	437	(637)
	<u>31.860</u>	<u>31.147</u>	<u>98.166</u>	<u>71.787</u>
Dos acionistas				
Aumento de capital por subscrição	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
De terceiros				
Financiamentos captados	56.307	20.921	172.875	120.358
Contribuição de consumidores	4.575	7.414	9.971	9.046
Juros sobre o capital próprio recebidos de controladas	958	316	-	378
Redução do realizável a longo prazo	13.034	-	-	-
Benefício do IRPJ e CSSL sobre juros sobre o capital próprio registrado no patrimônio líquido da controlado indireta	-	-	-	248
Aumento de participação de minoritário	-	-	263.530	-
Capital circulante de empresas adquiridas	-	-	3.686	291
	<u>74.874</u>	<u>28.651</u>	<u>450.062</u>	<u>130.321</u>
	<u>106.734</u>	<u>59.798</u>	<u>548.228</u>	<u>202.108</u>
Aplicações de recursos				
No investimento	14.230	8.027	159.105	21.173
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	360.809	76.709
No imobilizado	26.789	24.990	96.276	56.279
No diferido	577	144	634	225
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	50.091	19.620	74.787	89.391
Impostos incidentes sobre juros recebidos de controladas	-	106	-	106
Juros sobre o capital próprio/dividendos	39.129	-	39.909	643
Ações em tesouraria	2.639	88	2.639	88
Aumento no realizável a longo prazo	-	18.355	18.499	27.400
	<u>133.455</u>	<u>71.330</u>	<u>752.658</u>	<u>272.014</u>
Redução do capital circulante líquido	<u>(26.721)</u>	<u>(11.532)</u>	<u>(204.430)</u>	<u>(69.906)</u>
Demonstração da variação do capital circulante líquido				
Ativo Circulante				
No início do exercício	26.677	28.300	104.999	85.945
No fim do exercício	<u>36.811</u>	<u>26.677</u>	<u>265.971</u>	<u>104.999</u>
	<u>10.134</u>	<u>(1.623)</u>	<u>160.972</u>	<u>19.054</u>
Passivo Circulante				
No início do exercício	53.281	43.372	168.946	79.986
No fim do exercício	<u>90.136</u>	<u>53.281</u>	<u>534.348</u>	<u>168.946</u>
	<u>36.855</u>	<u>9.909</u>	<u>365.402</u>	<u>88.960</u>
Redução do capital circulante líquido	<u>(26.721)</u>	<u>(11.532)</u>	<u>(204.430)</u>	<u>(69.906)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999
(Em milhares de reais)**

	CAPITAL			RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS				Total
	REALIZADO ATUALIZADO			Ágio na subscrição de ações	Subvenção de Investimentos	Remuneração de imobilizações em curso	Outras reservas de capital	Estatutária	Legal	Remuneração de imobilizações em curso	Lucros acumulados	
	Capital Social	Correção monetária do capital	Ações em tesouraria									
Saldos em 01 de janeiro de 1999	334.335	9.837	(2.518)	6.057	9.927	6.789	4.175	25.300	5.009	1.472	-	400.383
Ajuste de exercício anterior:												
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	8.271	-	-	-	8.271
Ações em tesouraria	-	-	(88)	-	-	-	-	-	-	-	-	(88)
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	(403)	-	-	-	-	-	(403)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.582)	(33.582)
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	(32.110)	-	(1.472)	33.582	-
Saldos em 31 de dezembro de 1999	334.335	9.837	(2.606)	6.057	9.927	6.386	4.175	1.461	5.009	-	-	374.581
Ações em tesouraria	-	-	(2.639)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.639)
Déficit atuarial líquido registrado pela controlada												0
Energipe, conforme Deliberação CVM nº 371	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.228)	(4.228)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73.872	73.872
Proposta de distribuição do lucro líquido do exercício:												
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	3.694	-	(3.694)	
Juros sobre o capital próprio atribuídos aos divid	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(32.385)	(32.385)
Imposto de renda retido na fonte incidente sobre os juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.715)	(5.715)
Dividendos a distribuir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.029)	(1.029)
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	-	26.821	-	-	(26.821)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2000	334.335	9.837	(5.245)	6.057	9.927	6.386	4.175	28.282	8.703	-	-	402.457

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios
findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002**
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina é uma concessionária de serviços públicos de energia elétrica, tendo em sua área de concessão 200 localidades, das quais 66 sedes municipais no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 263.723 consumidores (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2000, a Companhia apresentava o capital circulante líquido negativo de R\$53.325 (R\$268.377 no consolidado). Este desequilíbrio, substancialmente, decorre da aquisição do controle acionário da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – SAELPA em 30 de novembro de 2000. Para fazer face a esse compromisso, a Administração da Companhia já tem contratado junto ao BNDES empréstimo de longo prazo no montante de R\$181.000 equivalentes a 50% do valor da aquisição da SAELPA, dos quais, aproximadamente, R\$109.000 serão liberados ao longo do próximo exercício e, conforme mencionado na nota explicativa nº 28, o acionista Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda. assinou um Contrato de Participação com a Empresa Energética de Sergipe – Energipe, no qual estão previstos aportes de capital na PBPART-SE 1 S/A., controladora indireta da SAELPA, equivalentes a até US\$ 110 milhões a serem efetivados em diversas etapas até janeiro de 2002, sendo que R\$118.000, foram capitalizados em 31 de janeiro de 2001.

A Companhia também é controladora da Energisa S/A (controladora da Empresa Energética de Sergipe S/A - Energipe, Companhia Energética da Borborema - CELB e Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba - SAELPA); da Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF (concessionárias de energia elétrica); da Cat-leo Energia S.A. (produtor independente de energia); da Multipar S/A Planejamento e Corretagem de Seguros (serviços e corretagem de seguros); da Multiagro Agropecuária, Comércio e Indústria Ltda. (agro-industrial); Teleserv S/A, Telecabos S/A e MCL Cabo S/A (telecomunicações). Os percentuais de participação e as informações sobre essas empresas estão apresentados nas notas nºs 4 e 6.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

3 Principais práticas contábeis

- a. As aplicações no mercado aberto estão representadas por aplicações em fundos de curto prazo e certificados de depósitos bancários que estão registrados pelo valor atualizado na data do balanço;
- b. A provisão para “créditos de liquidação duvidosa” foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos;
- c. Os estoques estão valorizados ao custo médio de aquisição, que não excede seu valor de mercado;
- d. Os investimentos em controladas foram contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, tomando-se por base os patrimônios líquidos dessas empresas em 31 de dezembro de 2000 e 1999. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

Os ágios pagos nas aquisições dos controles acionários das controladas CENF, CELB, Energipe e SAELPA estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de distribuição de energia elétrica, tomando-se por base as projeções dos resultados dessas concessionárias, ou seja, CENF em 20 anos a partir de julho de 1997, CELB em 30 anos a partir de janeiro de 2000, Energipe em 30 anos a partir de dezembro de 1997 e Saelpa, linearmente em 30 anos a partir de dezembro de 2000. Em 31 de dezembro de 2000, os saldos a amortizar são: CENF, R\$37.892, CELB R\$76.506, Energipe R\$7.554 e Saelpa R\$289.623;

- e. O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir desta data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso.
- O ágio decorrente da incorporação da Catleo Distribuidora Ltda. pela Energipe, registrado no imobilizado consolidado, está sendo amortizado pelo prazo de concessão de distribuição de energia elétrica, tomando-se por base as projeções de resultado da Energipe nos próximos 30 anos a partir de abril de 1998. Em 31 de dezembro de 2000, o saldo a amortizar deste ágio monta em R\$514.641 (R\$527.588 em 1999);
- f. Em função do disposto nas Instruções Gerais 35 e 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado pelas controladas CELB (exercício de 1999) e Saelpa (exercício de 2000) para os juros computados sobre o capital próprio, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica. A controladora e suas controladas, exceto a Saelpa, deixaram de calcular juros sobre capital próprio das imobilizações em curso;
- g. O diferido, está representado pelo custo de aquisição de software de manutenção de sistema corporativo. A amortização está sendo realizada pelo prazo de 5 anos, conforme determinação do Poder Concedente;
- h. Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios;
- i. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10%, determinado pela legislação vigente. A contribuição social foi calculada às alíquotas de 8% até abril de 1999, de 12% até o mês de janeiro de 2000 e de 9% a partir de fevereiro até o encerramento do exercício. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição diferidos, foram constituídos em conformidade com a Deliberação CVM nº 273/97, pelas alíquotas de 25% e 8%, respectivamente, que estarão vigentes quando da realização desses créditos;
- j. As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- k. A Energipe reconheceu, em 1999, na rubrica "Receita não operacional", crédito tributário no montante de R\$3.416, referente às diferenças de recolhimentos do PASEP em anos anteriores. Em 31 de dezembro de 2000 o saldo remanescente a compensar de R\$4.248 (R\$4.119 em 1999), está incluso na rubrica "Outros" no ativo realizável a longo prazo e vem sendo compensado com as contribuições mensais do PIS;
- l. As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;
- m. Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- n. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo de 1999, estão sendo apresentadas reclassificadas para fins de comparação com o exercício.

4 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina e de suas controladas a seguir relacionadas:

	Participação societária	
	2000	1999
Controladas:		
Energisa S.A. (*)	50,07	87,34
Cia. de Eletricidade de Nova Friburgo	59,31	45,49
Multipar S.A.	99,96	99,96
Multiagro Ltda.	66,67	66,67
Teleserv S.A.	99,10	92,69

Telecabo S.A.	97,59	92,77
MCL Cabo S.A.	95,54	85,88
Cat-Leo Energia S/A.	99,99	99,99

(*) Controladora da Energipe (99,63% capital votante e 99,66% do capital total)

A Energipe é controladora indireta da Companhia Energética da Borborema - CELB (85,83% do capital votante e 81,16% do capital total) e da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba - SAELPA (87,63% do capital votante e 74,29% do capital total)

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com base nas demonstrações contábeis das empresas controladas em 31 de dezembro de 2000 e 1999, de acordo com os critérios técnicos de consolidação previstos na Instrução CVM n.º 247/96.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as Companhias consolidadas;
- Eliminação do investimento da controladora nas empresas controladas incluídas na consolidação, bem como dos investimentos entre as controladas;
- Eliminação dos saldos e de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as Companhias consolidadas; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações contábeis consolidadas.

Como o investimento na controlada indireta SAELPA foi adquirido em 30 de novembro de 2000, as demonstrações do resultado e das origens e aplicações de recursos, consolidadas, refletem apenas as operações ocorridas no mês de dezembro de 2000 dessa controlada.

A seguir, conciliação entre o resultado do exercício e o patrimônio líquido da controladora e consolidado em 31 de dezembro:

	2000		1999	
	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Patrimônio líquido
Controladora	73.872	402.457	(33.582)	374.581
Equivalência patrimonial sobre valores registrados nos patrimônios líquidos das controladas	-	-	227	-
Lucro não realizado nas transações com controladas / ligadas	(39.955)	(40.426)	(1.040)	(1.040)
Consolidado	<u>33.917</u>	<u>362.031</u>	<u>(34.395)</u>	<u>373.541</u>

5 Consumidores e concessionárias

a) Controladora

Classes de consumo	Saldos Vincendos	Vencidos Até 30 dias	Vencidos de 31 a 90 dias	Vencidos De 91 a 180 dias	Vencidos há mais de 181 dias	Total	
						2000	1999
Residencial	3.920	2.472	320	85	4	6.801	5.197
Industrial	2.679	474	85	16	493	3.747	3.694
Comércio, serviços e outras atividades	1.363	831	153	47	60	2.454	1.961
Rural	853	295	86	25	6	1.265	942
Poder público:							
Federal	5	4	2	2	9	22	15
Estadual	79	44	11	12	13	159	417
Municipal	164	86	80	88	192	610	291
Iluminação pública	20	167	77	266	813	1.343	621
Serviço público	232	76	101	68	120	597	449
Subtotal – consumidores	9.315	4.449	915	609	1.710	16.998	13.587

Concessionária	4.836	-	-	-	973	5.809	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	3.055	2.482
Total	14.151	4.449	915	609	2.683	25.862	16.069

b) Consolidado

Classes de consumo	Saldos Vincendos	Vencidos Até 30 dias	Vencidos de 31 a 90 dias	Vencidos De 91 a 180 dias	Vencidos há mais de 181 dias	Total	
						2000	1999
Residencial	14.418	13.453	6.661	3.941	19.503	57.976	21.316
Industrial	9.756	2.612	1.978	1.538	14.982	30.866	9.954
Comércio, serviços e outras atividades	5.149	4.247	2.667	1.877	8.792	22.732	8.794
Rural	1.388	1.161	1.117	959	9.570	14.195	7.268
Poder público:							
Federal	607	543	655	590	3.875	6.270	1.772
Estadual	873	596	439	321	6.107	8.336	1.737
Municipal	678	447	625	952	4.884	7.586	2.076
Iluminação pública	1.468	1.378	2.092	2.983	29.959	37.880	8.411
Serviço público	1.908	1.905	343	488	547	5.191	2.914
Subtotal – consumidores	36.245	26.342	16.577	13.649	98.219	191.032	64.242
Concessionárias	23.326	-	-	-	6.515	29.841	1.132
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	27.331	14.816
Outros valores receber consumidores	1.071	50	125	252	581	2.079	-
Total	60.642	26.392	16.702	13.901	105.315	250.283	80.190

Dos montantes de R\$5.809 na controladora e R\$29.841 no consolidado, apresentados nos quadros anteriores como concessionárias, R\$5.201 na controladora e R\$27.451 no consolidado compreendem os volumes de energia comercializados no Mercado Atacadista de Energia (MAE), cujas atividades foram iniciadas em julho de 1999. Esses saldos foram apurados de acordo com o extrato fornecido pelo próprio MAE, com o volume de energia comercializado até agosto de 2000 e, adicionalmente, a Administração das Companhias com base nas informações disponibilizadas pelo MAE e divulgadas pela ANEEL, provisionou o volume de energia comercializado no MAE para os meses de setembro a dezembro de 2000 em um total de R\$4.791 na controladora e R\$16.730 no consolidado.

6 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2000	1999	2000	1999
Participações em empresas controladas	406.338	373.040	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	37.892	64.081	411.575	127.745
Investimentos avaliados ao custo	10.932	11.108	11.164	11.251
	<u>455.162</u>	<u>448.229</u>	<u>422.739</u>	<u>138.996</u>

A seguir, informações sobre as participações em empresas controladas:

	Energisa S.A.	Cia. de Eletricidade de Nova Friburgo	Multipar S.A.	Multiagro Ltda.	Teleserv S.A.	Telecabo S.A.	Mcl Cabo S.A.	Cat-Leo Energia S/A	2000	1999
Capital social	359.266	15.600	3.553	5.550	1.140	300	168	13.151		
Quantidade de ações e quotas possuídas (mil):										
Ordinárias	18.991	57.348	3.531	-	38	9	14	13.150		
Preferenciais	-	-	1	-	75	20	2	-		
Quotas				3.700						
Participação (%)	50,07	59,31	99,96	66,67	99,10	97,59	95,54	99,99		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.716	5.275	155	194	(18)	(19)	(32)	59		
Patrimônio líquido	740.996	31.276	923	1.869	1.079	264	70	13.208		
Resultado de equivalência Patrimonial (*):	5.366	3.029	155	129	(20)	(19)	(34)	59	8.665	(10.561)
Investimentos	371.017	18.550	923	1.246	1.069	258	67	13.208	406.338	373.040

7 Transações com partes relacionadas

	Energisa S.A.	Cia. de Eletricidade de Nova Friburgo	Multipar S.A.	Multiagro Ltda.	Empresa Energética de Sergipe S/A	Teleserv S.A.	Telecabo S.A.	Mcl Cabo S.A.	Cat-Leo Energia S/A	Celb	PBPart Ltda	2000	1999
Adiantamento e empréstimos a (pagar) receber	3.713	(1.638)	(62)	67	11.298	1.964	54	(54)	16.241	1.203	(45.026)	(12.240)	60.962
Prestação de serviços	-	5.526	-	-	568	-	-	-	-	330	-	6.424	6.263
Energia elétrica fornecida (comprada)	-	-	-	-	(102)	-	-	-	(374)	-	-	(476)	-
Receitas (despesas) financeiras	149	(138)	-	-	(2.352)	-	-	-	-	158	(1.078)	(3.261)	5.954
Venda de softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	950	-	950	1.200
Venda de ações (*)	133.108	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	133.108	-

As transações são remuneradas a 90% do CDI, conforme contrato de abertura de crédito firmado em janeiro de 1999, com vencimento em dezembro de 2001.

A prestação de serviços, referentes às áreas administrativas e de apoio e a aquisição de softwares de sistema integrado corporativo de planejamento e gestão de recursos, foram realizadas em condições usualmente praticadas no mercado.

As transações estão suportadas por contratos, que foram submetidos ao conhecimento e à aprovação da ANEEL e foram realizadas em condições usualmente praticadas no mercado.

(*) Refere-se a venda de ações da controlada indireta Energipe para a controlada Energisa, conforme apresentado na nota nº 25.

8 Imobilizado

	Taxas Anuais médias da depreciação (%)	Controladora		Consolidado	
		2000	1999	2000	1999
Em serviço:					
Produção -					
Geração hidráulica	2,68	63.028	62.056	73.994	65.503
Sistema de transmissão de conexão	2,63	11.324	5.191	11.324	5.191
Distribuição -					
Linhas, redes e subestações	4,57	187.954	169.252	658.898	388.745
Comercialização	4,05	18.481	16.682	91.184	50.984
Administração	9,75	18.323	16.287	45.476	34.886
		299.110	269.468	880.876	545.309
Depreciação acumulada:					
Produção -					
Geração hidráulica		(5.967)	(4.515)	(7.662)	(5.991)
Sistema de transmissão de conexão		(688)	(541)	(688)	(541)
Distribuição -					
Linhas, redes e subestações		(64.257)	(57.254)	(231.771)	(132.004)
Comercialização		(5.741)	(5.067)	(31.943)	(16.036)
Administração		(5.686)	(4.235)	(13.711)	(8.835)
		(82.339)	(71.612)	(285.775)	(163.407)
Em curso:					
Produção -					
Geração hidráulica		3.469	7.189	26.132	8.082
Sistema de transmissão de conexão		528	568	1.976	643
Distribuição -					
Linhas, redes e subestações		11.468	13.872	57.893	40.189
Comercialização		268	247	2.963	805
Administração		2.483	807	14.101	4.405
		18.216	22.683	103.065	54.124
Subtotal		234.987	220.539	698.166	436.026
Ágio de empresa incorporada		-	-	538.012	538.012
Amortização acumulada		-	-	(23.371)	(10.424)
Subtotal		-	-	514.641	527.588
Total		234.987	220.539	1.212.807	963.614

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

9 Diferido

	Controladora		Consolidado	
	2000	1999	2000	1999
Custo de aquisição de softwares	721	144	1.239	225
Amortização acumulada	(29)	-	(477)	-
Total	692	144	762	225

10 Encargos financeiros e efeitos inflacionários

De acordo com a Instrução Geral n.º 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e, a Instrução CVM n.º 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o ativo Imobilizado em Curso, os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2000	1999	2000	1999
Encargos financeiros contabilizados no resultado	31.917	55.033	79.509	108.164
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(491)	(970)	(3.083)	(5.512)
Líquido	31.426	54.063	76.426	102.652

11 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2000	1999	2000	1999
Em moeda nacional, com juros de até 6% a.a. (taxa média de 5,3% a.a.) e atualização monetária com base na variação da TJLP (Banese, Finep, Finame e BNDES)	30.646	12.963	259.014	208.646
Em moeda nacional, com juros de até 7% a.a. e variação da Finel (Eletrobrás)	11.105	9.534	39.512	16.460
Em moeda nacional, com juros de até 4 % a.a. e atualização monetária com base na TJLP (BNDES)	-	-	50.877	44.165
Em moeda nacional, com juros de até 6% a.a. e atualização monetária com base na variação do IGP-M (Prefeitura Municipal de Campina Grande)	-	-	25.976	44.532
Em moeda nacional, com juros de 3% a.a. e atualização monetária com base na variação do IGP-M (Estado da Paraíba)	-	-	219.445	-
Em moeda nacional, com juros de até 10% a.a. e atualização monetária com base na variação do IGP-DI (Inergus)	-	-	12.829	12.382
Em moeda nacional, com juros de 3% a.a. e, atualização monetária com base na variação do IGP-DI (Unibanco)	-	10.904	-	10.904
Em moeda nacional, com juros de 1% a.m. e atualização monetária com base na variação do IGP-DI (Funasa)	-	-	6.973	-
Em moeda nacional, com juros de até 4,77% a.a. acima do CDI (Banco Mercantil, BIC Banco, Banco Bilbao Viscaya, Banco Bandeirante, Banco BNL, Banco Santos, Unibanco, Banco Rural, Banco Bradesco, Banco Mercantil e Banco Real)	25.888	8.892	43.435	14.350
Em moeda nacional, com juros pré-fixados de 26,82% a.a. (Banco Bozano Simonsen)	-	3.044	-	3.044
Total moeda nacional	67.639	45.337	658.061	354.483
Em moeda estrangeira (US\$), com juros de 12,27% a.a. mais variação cambial (Unibanco, Banco Real)	-	-	13.484	9.206
Total	67.639	45.337	671.545	363.689
Parcela de curto prazo	26.893	24.505	352.692	97.979
Parcela de longo prazo	40.746	20.832	318.853	265.710

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

O financiamento obtido junto a Finep está garantido por bens do ativo imobilizado, não integrantes da geração, transmissão ou distribuição dos serviços de energia elétrica.

Os financiamentos obtidos junto ao Banese, BNDES, Eletrobrás, estão garantidos com vinculação as receitas da Companhia e de suas controladas.

O financiamento obtido pela Pupart Ltda. junto ao BNDES, no montante de R\$50.877, para aquisição do controle acionário da Companhia Energética da Borborema – CELB, está garantido pela caução das próprias ações adquiridas.

O financiamento obtido junto a Prefeitura Municipal de Campina Grande, pela Pupart Ltda., no montante R\$25.976, está garantido pela caução de 3.495.000 de ações ordinárias do capital da Energisa S/A, de propriedade da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina.

O financiamento obtido junto ao Estado da Paraíba, referente a aquisição do controle acionário da Saelpa, pela Pupart - SE 2 Ltda., no montante de R\$219.445, está garantido por caução de 14.854.300 ações ordinárias do capital da Energisa S/A de propriedade da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina.

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora		Consolidado	
	2000	1999	2000	1999
2001	-	800	-	84.774
2002	4.587	1.999	77.300	48.087
2003	5.979	2.278	79.191	44.634
2004	6.207	2.475	77.821	43.590
2005	6.532	2.778	46.380	23.442
2006	6.217	5.251	15.449	10.591
Após 2006	11.224	5.251	22.712	10.592
	<u>40.746</u>	<u>20.832</u>	<u>318.853</u>	<u>265.710</u>

12 Debêntures

Principais características das debêntures:

N.º de ordem Série	1ª emissão	2ª emissão	3ª emissão		4ª emissão	
	Única	Única	1ª série	2ª série	1ª série	2ª série
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública
Data de emissão	01/07/1990	01/07/1997	01/08/1997	01/08/1997	08/12/1997	08/12/1997
Data de vencimento	01/07/2000	01/12/2001	01/02/2005	01/02/2006	08/12/2007	08/12/2007
Garantia	Flutuante	Flutuante	Flutuante	Flutuante	Real	Real
Rendimentos	TR + 12% a.a.	ANBID + 1% a.a.	TJLP +4% a.a	TJLP +4% a.a	TJLP + 5,5% a.a	TJLP + 2,5% a.a
Quantidade de títulos	30.000	3.500	3.000	2.500	663.609	1.067.696
Valor na data de emissão	-	35.000	30.000	25.000	33.180	53.385
Títulos em circulação	-	2.093	3.000	2.500	663.609	1.067.696
Títulos em tesouraria	30.000	1.407	-	-	-	-
Amortizações	-	48 parcelas mensais de 2% no período de 01/01/98 até 01/08/98 e de 2,1% de 01/09/98 até o vencimento	14 parcelas semestrais	14 parcelas semestrais	5 parcelas anuais, correspondendo, a cada uma, 20% do valor nominal na data de emissão, acrescido da parcela capitalizada da TJLP e juros, vencendo a 1ª ao término do 6º ano após a emissão.	
Modalidade	Não conversíveis em ações		Não conversíveis em ações, conjugadas com bônus ou subscrição		Conversíveis em ações	
Saldos em 31/12/00	-	5.471	29.185	27.429	39.462	63.383
. Parcela de curto prazo	-	5.471	5.665	4.156	272	220
. Parcela de longo prazo	-	-	23.520	23.273	39.189	63.053

13 Obrigações vinculadas à concessão

	Controladora		Consolidado	
	2000	1999	2000	1999
Contribuições do consumidor	58.391	53.816	96.437	78.153
Reserva para reversão	1.409	1.409	1.711	1.711
	<u>59.800</u>	<u>55.225</u>	<u>98.148</u>	<u>79.864</u>

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

A reserva para reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da controladora e da controlada indireta Energipe, incidindo, sobre o saldo, juros de 5 % a.a.

Para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros, essas contas, bem como os ativos correspondentes, não devem ser considerados por não se tratarem de dívidas efetivas.

14 Imposto de renda e contribuição social

A receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada conforme demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2000	1999	2000	1999	2000	1999	2000	1999
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	44.058	(44.030)	44.058	(44.030)	3.563	(50.399)	3.563	(50.399)
Adições permanentes	(29.969)	12.258	(28.886)	13.947	22.124	3.847	25.482	9.421
Base de cálculo	14.089	(31.772)	15.172	(30.083)	25.687	(46.552)	29.045	(40.978)
Alíquotas fiscais	25%	25%	9%	12%	25%	25%	9%	12%
Imposto de renda e contribuição social	(3.522)	7.943	(1.365)	3.610	(6.422)	11.638	(2.614)	4.917
Diferença de adicional de alíquota fiscal	24	(24)	(1.361)	(765)	96	-	(1.399)	(957)
Imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores	(5)	-	-	-	-	(60)	(55)	24
Incentivo fiscal (4%PAT e operações culturais)	186	-	-	-	287	118	-	-
Constituição de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	-	11.492	-	2.322	-
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>(3.317)</u>	<u>7.919</u>	<u>(2.726)</u>	<u>2.845</u>	<u>5.453</u>	<u>11.696</u>	<u>(1.746)</u>	<u>3.984</u>

(*) A contribuição social foi calculada no exercício de 2000 às alíquotas de 12% em janeiro e de 9% a partir de fevereiro. Em 1999, 8% até abril e 12% a partir de maio.

Créditos tributários

Em 31 de dezembro, a Companhia possuía créditos tributários a compensar, relativos a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme natureza e valores a seguir discriminados:

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição Social		Imposto de renda		Contribuição Social	
	2000	1999	2000	1999	2000	1999	2000	1999
Prejuízo fiscal/base negativa	48.264	54.360	46.042	49.644	211.082	64.302	170.161	58.766
Provisão para contingências	1.330	1.330	1.330	1.330	93.601	2.611	87.847	3.017
Provisão de tributos e contribuições em discussão judicial	19.999	12.758	12.758	12.758	39.738	25.324	19.042	24.635
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	756	-	756	-	36.877	810	36.877	810
Déficit atuarial Deliberação CVM nº371	-	-	-	-	46.553	-	46.553	-
Outros	1.703	2.028	1.703	836	21.499	2.028	2.365	836
Total	72.052	70.476	62.589	64.568	449.350	95.075	362.845	88.064
Alíquota aplicada	25%	25%	8%	9%	25%	25%	8%	9%
Créditos tributários (Imposto de renda e contribuição social)	18.013	17.619	5.007	5.811	112.338	23.768	29.028	7.926

A Administração da Companhia e suas controladas baseada nas projeções de resultados futuros, estima realizar estes créditos nos próximos 10 anos.

Imposto de renda diferido no consolidado

Composição do imposto de renda diferido	2000		1999	
Lucro inflacionário de anos anteriores	9.584	738	11.364	859
Realização do exercício	(1.780)	(121)	(1.780)	(121)
Base de cálculo	7.804	617	9.584	738
Alíquota fiscal	25%	(*)6%	25%	(*)6%
Imposto de renda diferido	1.927	37	2.373	44

(*) Parcela do lucro inflacionário tributado à alíquota reduzida

Ajuste de exercício anterior

Conforme Deliberação CVM nº 273, a Companhia reconheceu, no exercício de 1999, crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporárias, no montante de R\$19.035 (R\$23.951 no consolidado), classificados na rubrica "Créditos tributários" no realizável a longo prazo. Deste montante, R\$ 10.764 (R\$15.680 no consolidado), foi reconhecido no resultado do exercício por se tratar de créditos constituídos no próprio ano e R\$8.271 referentes a prejuízos fiscais de exercícios anteriores registrados em "Reserva estatutária" no patrimônio líquido.

15 Capital social - controladora

O capital social, subscrito e integralizado, em 2000 e 1999, está representado por 48.662.898.398 ações ordinárias, 78.280.837.239 ações preferenciais classe "A" e 253.492.770 ações preferenciais classe "B", sem valor nominal. As ações preferenciais classe "A" não possuem direito de voto e têm prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos, de 10% a.a. As ações preferenciais classe "B" não possuem direito de voto e têm prioridade na distribuição de dividendos fixos, não cumulativos, de 6% a.a.

O estatuto determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício.

O Conselho de Administração, em reunião de 25 de maio de 2000, autorizou a aquisição, para permanência em tesouraria e, posterior alienação, de até 200.000.000 ações ordinárias, 2.700.000.000 ações preferenciais classe "A" e 25.000.000 ações preferenciais classe "B" de emissão da Companhia. Até 31 de dezembro de 2000 foram adquiridas 16.554.955 ações ordinárias e 2.608.274.448 ações preferenciais classe "A", que se encontram registradas na rubrica "ações em tesouraria", classificada no patrimônio líquido, pelo valor de R\$5.245.

16 Dividendos/juros sobre o capital próprio

Com base no lucro líquido:

	2000
Lucro líquido do exercício	73.872
Reserva legal	<u>(3.694)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>70.178</u>
Dividendos mínimos (25%)	<u><u>17.544</u></u>

A Administração propôs à Assembléia Geral a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$33.414 líquido do imposto de renda na fonte de R\$5.715, conforme demonstrativo abaixo:

Dividendos:	33.414
Juros sobre o capital próprio atribuídos aos dividendos	32.385
Dividendos a pagar	<u>1.029</u>
Ações ordinárias e preferenciais classe "A" (R\$0,008091 por mil ações)	
Ações preferenciais classe "B" (R\$0,007501 por mil ações)	
Juros sobre o capital próprio:	32.385
Antecipação ocorrida em 31/10/2000	<u>(12.315)</u>
Juros sobre o capital próprio a pagar	20.070
Ações ordinárias e preferenciais classe "A" (R\$0,157910 por mil ações)	
Ações preferenciais classe "B" (R\$0,090699 por mil ações)	
Total dividendos / juros sobre o capital próprio do exercício a pagar	<u>21.099</u>
Ações ordinárias e preferenciais classe "A" (R\$0,166001 por mil ações)	
Ações preferenciais classe "B" (R\$0,09820 por mil ações)	
Composição dos dividendos/juros sobre o capital próprio por classe de ações:	
Ações ordinárias e preferenciais classe "A" (10% pró-rata tempore do capital)	33.374
Ações preferenciais classe "B" (6% pró-rata tempore do capital)	<u>40</u>
Dividendos	<u><u>33.414</u></u>

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesa financeira, conforme previsto na legislação fiscal, em contrapartida do passivo circulante. Para efeito de apresentação das demonstrações contábeis, o valor desses juros está sendo demonstrado como reversão na demonstração de resultado em contrapartida à conta de lucros acumulados, no patrimônio líquido.

A Administração da controlada CENF e da controlada indireta CELB, propôs para deliberação em Assembléias Gerais Ordinárias, o pagamento de juros sobre capital próprio a serem computados aos dividendos do exercício, no montante de R\$1.374 e R\$548, respectivamente., a serem imputados aos dividendos do exercício.

Para efeito de apresentação das demonstrações contábeis, os valores desses juros pagos / recebidos estão sendo revertidos nas demonstrações de resultados em contrapartida à conta de lucros acumulados no patrimônio líquido e nos investimentos no ativo permanente.

17 Reserva estatutária

Constituída pelo montante dos lucros remanescentes, após constituição de outras reservas e da distribuição de dividendos, destina-se à ampliação e renovação de instalações e investimentos, limitada a 80% do capital.

18 Fornecimento de energia elétrica

a. Controladora

	Número de consumidores		MWh		R\$	
	Não auditado		Não auditado			
	2000	1999	2000	1999	2000	1999
Residencial	202.623	193.969	342.453	332.877	76.760	63.658
Industrial	3.411	3.326	305.813	273.179	34.677	27.284
Comercial	24.498	23.596	141.376	131.807	25.234	20.031
Rural	29.830	27.247	107.931	101.098	12.923	10.314
Poder público:						
Federal	27	62	411	1.143	67	147
Estadual	358	293	6.717	4.252	1.015	552
Municipal	2.251	2.150	14.198	14.753	2.190	1.920
Iluminação pública	195	195	53.414	51.123	4.639	3.785
Serviço público	393	437	29.322	27.745	3.048	2.583
Consumo próprio	137	129	2.429	2.388	-	-
Subtotal	263.723	251.404	1.004.064	940.365	160.553	130.274
ICMS	-	-	-	-	(33.804)	(27.646)
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	1.858	(1.970)	572	181
Suprimento de energia elétrica	-	-	30.788	-	5.424	-
Outros serviços taxados	-	-	-	-	10.738	10.149
Total	263.723	251.404	1.036.710	938.395	143.483	112.958

b. Consolidado

	Número de consumidores (*)		MWh (**)		R\$ (**)	
	Não auditado		Não auditado			
	2000	1999	2000	1999	2000	1999
Residencial	1.341.644	693.092	1.134.888	945.698	222.524	167.525
Industrial	12.103	7.577	1.449.591	1.057.132	116.368	78.688
Comercial	118.849	66.461	556.535	439.794	91.604	65.346
Rural	62.358	44.586	202.459	181.294	20.970	16.211
Poder público:						
Federal	563	374	27.263	17.978	3.931	1.617
Estadual	5.615	1.348	46.783	37.319	7.034	3.909
Municipal	9.977	5.492	36.309	32.112	5.511	5.983
Iluminação pública	1.500	830	186.747	156.372	16.793	12.174
Serviço público	1.411	851	167.623	137.923	13.342	9.924
Consumo próprio	375	186	4.917	4.442	-	-
Subtotal	1.554.395	820.797	3.813.115	3.010.064	498.077	361.377
ICMS	-	-	-	-	(89.090)	(65.509)
Suprimento de energia elétrica	12	4	240.889	165.922	29.202	6.419
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	99.326	3.769	3.729	868
Outros serviços taxados	-	-	-	-	9.339	6.642
Total	1.554.407	820.801	4.153.330	3.179.755	451.257	309.797

(*) Somatório de consumidores da CFLCL, Energipe, CELB, Saelpa e CENF.

(**) Inclui 01 mês de faturamento da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – Saelpa, em 2000 e da Companhia Energética da Borborema – CELB, em 1999.

19 Remuneração dos administradores

A rubrica despesas de pessoal inclui o montante de R\$1.535 (R\$2.006 em 1999), na controladora, R\$4.993 (R\$4.217 em 1999) no consolidado, referentes a remuneração dos administradores.

20 Provisões para Contingências
a. Controladora

Contingências	2000			1999		
	Valor da Provisão		Cauções e depósitos vinculados	Valor da Provisão		Cauções e depósitos vinculados
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Trabalhistas						
Empregados	(150)	410	169	560	560	108
Cíveis						
Consumidores	129	249	19	120	120	11
Outros	-	501	-	-	501	-
Subtotal	129	750	19	120	621	11
Fiscais						
Pis / Cofins	8.255	23.678	22.966	5.754	15.423	14.881
Outros	66	1.296	497	724	1.230	452
Subtotal	8.321	24.974	23.463	6.478	16.653	15.333
TOTAL	(*) 8.300	26.134	23.651	(*) 7.158	17.834	15.452

(*) Deste montante, R\$6.725 (R\$5.401 em 1999), esta contabilizado como deduções à receita operacional, R\$1.575 (R\$427 em 1999) em outras despesas financeiras. Em 1999, R\$1.330 esta contabilizado como despesa com provisão para contingências.

b Consolidado

	2000			1999		
	Valor da Provisão		Cauções e depósitos vinculados	Valor da Provisão		Cauções e depósitos vinculados
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Contingências						
Trabalhistas						
Empregados	(150)	48.131	12.242	972	4.597	2.593
Vínculo empregatício	111	436	-	325	325	-
Subtotal	(39)	48.567	12.242	1.297	4.922	2.593
Cíveis						
Consumidores	139	27.100	304	253	663	214
Outros	-	2.470	201	-	2.470	-
Subtotal	139	29.570	505	253	3.133	214
Fiscais						
Pis / Cofins	14.488	44.021	33.070	14.031	26.117	20.539
ICMS	-	2.679	-	-	-	-
INSS	1.205	10.977	997	1.440	1.440	-
Outros	66	5.477	1.494	724	1.230	452
Subtotal	15.759	63.154	35.561	16.195	28.787	20.991
TOTAL	(*)15.859	141.291	48.308	(*) 17.745	36.842	23.798

(*) Deste montante, R\$13.526 (R\$12.053 em 1999) está contabilizado como deduções à receita operacional, R\$1.942 (R\$427 em 1999) em outras despesas financeiras, R\$738 (R\$1.051 em 1999) em despesa de pessoal, R\$451 (R\$1.128 em 1999) em outras despesas financeiras e R\$798 foram quitados junto ao Governo Federal e R\$3.086 em 1999, como provisão para contingências.

As Companhias possuíam causas cuja estimativa de êxito foram qualificada por seus assessores jurídicos como possível e, portanto, não foram objeto de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2000, os valores envolvidos nessas causas eram como se segue:

Trabalhistas	20
Cíveis	170
Fiscais	31
Total	<u>221</u>

21 Arrendamento mercantil

A Companhia é arrendatária de um helicóptero, com opção de compra, mediante contratos de arrendamento mercantil no montante de R\$1.751 (R\$2.349 em 1999).

As prestações dos contratos vencem entre janeiro de 2001 e maio de 2003 e vêm sendo registradas no resultado pelo regime de competência.

No exercício de 2000, essas despesas montaram a R\$606 (R\$637 em 1999), na controladora e no consolidado.

22 Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas e suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

23 Instrumentos financeiros (Instrução CVM n.º 235/95)

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado. A Companhia e suas controladas não operam com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

24 Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A partir de janeiro de 1997, a Companhia implementou o Fundo de Complementação de Aposentadoria Cat-Leo, na modalidade contribuição definida, para o qual tanto a Companhia quanto os empregados são contribuintes. No exercício de 2000, a Companhia contribuiu com o montante de R\$418 (R\$389 em 1999), equivalente a 2,1% da sua folha de pagamento.

A controlada indireta Energipe é patrocinadora do Instituto Energipe de Seguridade Social – Inergus, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios previdenciários aos seus empregados. O Inergus adota o “Plano de Benefício Definido” e o “Regime Financeiro de Capitalização” para o cálculo e acumulação dos recursos necessários ao seu plano previdenciário. O plano de suplementação de aposentadoria e pensão é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para formar as reservas necessárias e honrar os compromissos de pagamentos atuais e futuros.

A Energipe, contribui mensalmente com 7,53% sobre a sua folha de pagamento, e a despesa do exercício, referente a esta contribuição montou a R\$1.283 (R\$1.146 em 1999).

Em 31 de dezembro de 1999, o Inergus apresentava déficit técnico de R\$12.349, que de acordo com o parecer do atuário independente, constante da Demonstração dos Resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefício – DRAA, do exercício de 1999, emitida em 5 de fevereiro de 2000, representa um desequilíbrio atuarial, de natureza estrutural, que necessitava ser equacionado com a maior brevidade.

A administração da Energipe vinha mantendo entendimentos com a Administração do Inergus no sentido de se eliminar o déficit existente, o que ocorreu, definitivamente, em 31 de agosto de 2000, com a aprovação final pela Secretaria de Previdência Complementar do novo Regulamento Básico e do Estatuto da Entidade.

O saneamento em questão, através do qual se planejou a recuperação do Instituto em um horizonte de 10 anos, envolveu alterações significativas no regulamento do Plano, destacando-se as seguintes: (i) desvinculação dos seus benefícios daqueles concedidos pela previdência social, (ii) majoração suave e gradativa da contribuição dos participantes e da patrocinadora, (iii) alteração da fórmula de cálculo do salário real de benefício, (iv) incremento no valor da jóia no caso de inclusão de novos beneficiários, (v) ligeiro acréscimo na idade prevista para a elegibilidade aos benefícios e (vi) revisão dos benefícios concedidos em desacordo com a legislação superveniente.

Ao final do exercício de 2000, o Inergus apresentou um déficit de R\$12.647, refletindo, ainda, muito pouco as alterações implementadas, o que se explica em função dos seguintes motivos principais: (i) as alterações entraram em vigor apenas a partir do mês de setembro do corrente exercício; (ii) os ativos de renda variável tiveram uma rentabilidade negativa no período; (iii) a revisão dos benefícios concedidos ainda está sendo analisada com vistas a uma implementação nos estritos limites da legislação vigente.

Conforme facultado pela Deliberação nº 371 da CVM de 13 de dezembro de 2000, a controlada Energipe constituiu uma provisão para cobertura do referido déficit atuarial do Inergus. O montante de R\$12.647, relativo a provisão e os correspondentes efeitos tributários de R\$4.173, foram registrados diretamente no Patrimônio Líquido, não impactando o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2000 da controlada. O mesmo procedimento foi adotado pela Energisa S/A e pela Companhia que registraram o montante de R\$8.445 e R\$4.228 respectivamente, correspondentes às suas participações na referida provisão.

Em 31 de dezembro, a composição do plano patrocinado pela Energipe era como segue:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Reservas matemáticas		
Benefícios concedidos	39.857	37.236
Benefícios do plano	39.857	37.236
Benefícios a conceder	5.683	6.532
Benefícios do plano com geração atual	19.696	17.269
Outras contribuições da geração atual	(14.013)	(10.737)
Total reservas matemáticas – passivo atuarial	<u>45.540</u>	<u>43.768</u>
Déficit acumulado	(12.349)	(15.991)
Superávit (déficit) técnico	(298)	3.642
Déficit acumulado	<u>(12.647)</u>	<u>(12.349)</u>
Reservas técnicas	<u>32.893</u>	<u>31.419</u>

A controlada Energipe possui, ainda, um passivo com o Inergus, no montante de R\$12.829 (R\$12.382 em 1999), oriundo de contribuições não revertidas pela controlada em anos anteriores, o qual vem sendo pago em parcelas mensais, desde 30 de janeiro de 1998, num total de 144 parcelas.

A controlada indireta, Companhia Energética da Borborema – CELB, é patrocinadora de um plano de complementação de aposentadoria, gerido pela BB Previdência, que tem por finalidade principal assegurar aos seus empregados a prestação de benefícios complementares ou assemelhados aos concedidos pela previdência oficial.

É adotado o “Plano de Benefício Definido” e o “Regime Financeiro de Capitalização” para o cálculo e acumulação de recursos necessários ao plano previdenciário.

A CELB contribui mensalmente com 3,4 % sobre a sua folha de pagamento e a despesa do exercício, referente a esta contribuição montou em R\$180 (R\$228 em 1999).

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, com o objetivo de se verificar se as contribuições estão sendo suficientes para a formação das reservas necessárias para o pagamento dos benefícios em curso e futuros.

O plano apresentou superávit técnico no valor de R\$1.126 (R\$104 em 1999), conforme parecer atuarial constante do “Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios”.

Em 31 de dezembro de 2000, a posição atuarial do plano patrocinado pela CELB era como segue:

Reservas Matemáticas	
Benefícios concedidos	64
Benefício do plano	<u>64</u>
Benefícios a conceder	5
Benefícios do plano com geração atual	3.852
Outras contribuições da geração atual	(3.847)
Total reservas matemáticas - Passivo atuarial	<u>69</u>
Fundo de garantia (Ativos)	1.195
Superávit acumulado	<u>1.126</u>

A controlada indireta Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – Saelpa, por sua vez, é patrocinadora da Fundação Saelpa de Seguridade Social – Funasa, entidade fechada de previdência privada, que também adota o “Plano de Benefício Definido” em “Regime Financeiro de Capitalização” para o cálculo e acumulação dos recursos necessários ao seu plano previdenciário.

Em dezembro de 1999, a Funasa apresentava um déficit atuarial de R\$39.207. Em 27 de novembro de 2000, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou uma série de alterações no Estatuto e no Regulamento Básico da entidade com vistas ao equacionamento do déficit existente, as quais passaram a vigorar a partir de 1º de dezembro de 2000.

Dentre as várias medidas saneadoras, destacam-se as seguintes: (i) desvinculação dos benefícios oferecidos pela Entidade dos Benefícios da Previdência Social; (ii) fixação da paridade de contribuições normais entre patrocinadora e participantes; (iii) alteração na fórmula de cálculo dos benefícios a serem concedidos, com redução dos benefícios; (iv) aumento da idade para a elegibilidade aos benefícios; (v) aumento da contribuição normal dos participantes ativos; (vi) adoção de uma contribuição adicional, a cargo da patrocinadora, de 13,8% sobre a folha de salários de participantes ativos e assistidos, para a solução do déficit atuarial remanescente.

Conforme facultado pela Deliberação nº 371 da CVM de 13 de dezembro de 2000, a Saelpa constituiu uma provisão para cobertura do déficit atuarial da Funasa de R\$33.489, apurado por atuários independentes, em 31 de dezembro de 2000. Desse total, R\$31.102 foram registrados pela Funasa como Reservas a amortizar, no grupo patrimonial de Reservas Técnicas, por conta da contribuição adicional, a cargo da patrocinadora, de 13,8% sobre a folha de salários dos participantes. O total do déficit, de R\$33.489, e os correspondentes efeitos tributários de R\$11.051, foram registrados diretamente no patrimônio líquido, não impactando o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2000 dessa controlada.

Segue a posição atuarial do plano patrocinado pela Saelpa:

	<u>2000</u>
Ativo líquido do plano	50.394
Reservas matemáticas	<u>52.781</u>
Benefícios concedidos	42.974
Benefícios a conceder	<u>40.909</u>
Déficit técnico(*)	<u>(33.489)</u>

(*) Desse montante, R\$31.102 foi renegociado com a patrocinadora e registrado pela Funasa como Reserva a amortizar.

A Saelpa possui, ainda, um passivo com a Funasa, no montante de R\$6.973, oriundo de contribuições não revertidas em anos anteriores, o qual vem sendo pago em parcelas mensais, desde 31 de março de 1996, no total de 120 parcelas.

25 Resultado não operacional

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2000</u>	<u>1999</u>	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Receita				
Venda de ações:				
Energisa	101.376	-	101.376	-
Energipe	133.108	-	93.172	-
Ganho de capital por alteração de participação na controlada Energisa	20.646	-	20.646	-
Outros	<u>5.536</u>	<u>2.719</u>	<u>7.524</u>	<u>6.101</u>
Total	<u>260.666</u>	<u>2.719</u>	<u>222.718</u>	<u>6.101</u>
Despesa				
Custo das ações alienadas e ágio baixado:				
Energisa	82.653	-	82.653	-
Energipe	93.172	-	93.172	-
Outros	<u>4.270</u>	<u>657</u>	<u>6.020</u>	<u>2.538</u>
Total	<u>180.095</u>	<u>657</u>	<u>181.845</u>	<u>2.538</u>

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 25 de janeiro de 2000, foi aprovada a venda de 5.107.630 ações da Energisa S/A, correspondentes a 24,2% do capital total e votante da controlada para Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., pelo montante de R\$101.376. O valor contábil do ativo alienado nessa data era de R\$82.653, resultando num ganho na operação de R\$18.723.

Deliberado pela mesma reunião de 25 de janeiro de 2000, a Companhia realizou a venda de 6.112.300 ações da Energipe, correspondentes a 13,66% do seu capital social para a controlada Energisa S/A, pelo montante de R\$133.108. O valor contábil do ativo na data da alienação era de R\$93.172, sendo R\$59.198 relativos ao investimento e R\$33.974 relativos ao valor residual do ágio pago na aquisição das ações da Energipe. Como consequência, a Companhia teve um ganho, na operação, de R\$39.936.

26 Concessão do serviço público de energia elétrica

A Companhia e sua controlada CENF – Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo, assinaram, em 18 de junho de 1999, com a Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL, os seus contratos de geração e distribuição de energia elétrica, com prazo de concessão até 7 de julho de 2015, podendo ser renovados por 20 anos.

Em 23 de novembro de 1997, foi assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o Contrato de Concessão de Distribuição n.º 07/1997, que outorga à Energipe, a concessão de distribuição de energia elétrica em 63 municípios do Estado de Sergipe, pelo prazo de 30 anos.

A controlada, Companhia Energética da Borborema – CELB, assinou em 4 de fevereiro de 2000, o Contrato de Concessão n.º 08/2000 – ANEEL, em que o Poder Concedente outorgou a concessão de distribuição de energia elétrica nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos, contados a partir da assinatura do referido contrato.

Através de Decreto Presidencial de 15 de janeiro de 2001, foi outorgado a Saelpa a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL.

27 Resultado por atividade

Em atendimento ao Ofício Circular n.º 838/2000 da ANEEL, apresenta-se as demonstrações dos resultados de atividades de geração, distribuição e da atividade atípica-participação societária permanente:

	2000			1999	
	Não auditado		Ativ.Atípicas	Total	Total
	Geração	Distribuição			
Receita operacional					
Fornecimento	11.382	149.743	-	161.125	130.455
Suprimento de energia elétrica	-	5.424	-	5.424	-
Outras	1.365	9.373	-	10.738	10.149
	<u>12.747</u>	<u>164.540</u>	<u>-</u>	<u>177.287</u>	<u>140.604</u>
Deduções à receita operacional					
Quota reserva global de reversão	1.427	2.151	-	3.578	3.063
Impostos e contribuições	536	40.122	-	40.658	33.047
	<u>1.963</u>	<u>42.273</u>	<u>-</u>	<u>44.236</u>	<u>36.110</u>
Receita operacional líquida	10.784	122.267	-	133.051	104.494
Despesas operacionais					
Pessoal	1.967	17.315	-	19.282	17.297
Material	347	2.781	-	3.128	2.746
Serviço de terceiros	938	6.544	-	7.482	6.148
Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	139	-	-	139	20
Energia elétrica comprada	-	48.714	-	48.714	40.106
Transporte de potência elétrica	-	5.527	-	5.527	2.795
Subvenções C.C.C.	-	7.077	-	7.077	3.106
Depreciação e amortização	1.849	9.591	-	11.440	10.198
Provisões	-	-	-	-	1.462
Outras	367	5.140	-	5.507	3.060
	<u>5.607</u>	<u>102.689</u>	<u>-</u>	<u>108.296</u>	<u>86.938</u>
Resultado do serviço	5.177	19.578	-	24.755	17.556
Resultado de participações societárias e amortização do ágio	-	-	6.778	6.778	(12.169)
Resultado financeiro	(1.168)	(11.519)	(55.359)	(68.046)	(51.479)
Resultado operacional	4.009	8.059	(48.581)	(36.513)	(46.092)
Resultado não operacional	-	1.320	79.251	80.571	2.062
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social, imposto de renda, participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	4.009	9.379	30.670	44.058	(44.030)
Contribuição social	238	554	(3.518)	(2.726)	2.845
Imposto de renda	982	2.292	(6.591)	(3.317)	7.919
Lucro (prejuízo) antes das participações e reversão dos juros sobre o capital próprio	5.229	12.225	20.561	38.015	(33.266)
Participações de empregados e administradores	(385)	(899)	-	(1.284)	-
Lucro (prejuízo) antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	4.844	11.326	20.561	36.731	(33.266)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	-	-	37.141	37.141	(316)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.844	11.326	57.702	73.872	(33.582)
Lucro líquido (prejuízo) por ação – R\$	0,00004	0,00009	0,00047	0,0006	(0,0003)

28 Evento Subseqüente

A controlada indireta Energipe assinou um Contrato de Participação e um Acordo de Acionistas com Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda. ("Alliant"), nos quais constam que essa última participará com até 49,9% do capital votante e total da PBPART-SE 1 S/A, empresa especialmente constituída para proceder a aquisição da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba - SAELPA, cujo controle foi adquirido em leilão de privatização em 30 de novembro de 2000.

No referido Contrato de Participação estão previstos aportes de capital na PBPART-SE 1 S/A, por parte da Alliant, de montante equivalente a até US\$110 milhões, a serem efetivados em diversas etapas em até janeiro de 2002, sendo que R\$118.000, foram capitalizados em 31 de janeiro de 2001.

Esta capitalização demonstra a intenção dos acionistas em continuar dando apoio financeiro a Energipe, com o intuito de manter o equilíbrio do capital circulante líquido que, em 31 de dezembro de 2000, apresentava-se negativo em R\$12.741.(R\$217.556 no consolidado da controlada)

A controlada indireta Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – SAELPA implementou um plano de demissão voluntária (PDV) em fevereiro de 2001, que tem como objetivo reestruturar seu quadro funcional. No exercício de 2000 a controlada indireta registrou uma provisão no montante de R\$12.100, tomando-se por base os custos estimados com o PDV.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina:

(1) Examinamos os balanços patrimoniais individual (controladora) e consolidado da COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA e controladas em 31 de dezembro de 2000 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Companhias; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração das Companhias, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1) representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina e controladas em 31 de dezembro de 2000 e o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

(4) As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1999, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo parecer, emitido em 3 de março de 2000, não continha ressalvas.

Cataguases, 20 de fevereiro de 2001

ARTHUR ANDERSEN S/C - CRC-2-SP-123-S-MG

Mauro Moreira
Sócio-Diretor Responsável
Contador - CRC-1-RJ-072.056/0-S